

ÁREA TEMÁTICA: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, GOVERNO, ESTADO E SOCIEDADE E TERCEIRO SETOR

ANÁLISE DA CAPACIDADE ADMINISTRATIVA LOCAL EM SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO ESTADO DO PARÁ.



RESUMO

Este estudo teve como objetivo analisar a capacidade administrativa dos municípios do Pará em Segurança Alimentar e Nutricional, considerando a estrutura institucional, a adesão ao SISAN e as características demográficas locais. Para isso, o estudo quantitativo analisou a capacidade administrativa dos 144 municípios do Pará em Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), a partir da MUNIC/IBGE (2023). Foram observadas variáveis institucionais, como conselhos, planos e fundos municipais, tratadas por estatística descritiva para identificar padrões na estrutura de governança local. Os resultados apontam que apenas 9,02% possuem Fundo Municipal, 57,65% Plano Municipal (com alta taxa de omissão nas respostas) e 66,67% Conselhos Municipais. Apesar disso, identificou-se ampla adoção de ações estruturantes, como compras da agricultura familiar (97,22%), alimentação escolar (93,75%), feiras livres (72,91%) e educação alimentar (76,38%), enquanto equipamentos como bancos de alimentos (7,63%), cozinhas comunitárias (4,16%) e restaurantes populares (3,47%) permanecem pouco utilizados. A análise mostrou relação entre conselhos, planos e maior adesão ao SISAN, confirmando que a estrutura institucional é determinante para a efetivação da SAN. Conclui-se que, embora haja avanços, o fortalecimento da governança, com ampliação de instrumentos financeiros e de gestão, é essencial para consolidar a SAN no Pará e reduzir desigualdades regionais.

Palavras-Chave: Segurança Alimentar e Nutricional; Direito Humano à Alimentação Adequada; Políticas Públicas; Governança.

ABSTRACT

This study aimed to analyze the administrative capacity of Pará's municipalities in terms of Food and Nutrition Security, considering their institutional structure, adherence to the SISAN (National Health System), and local demographic characteristics. To this end, the quantitative study analyzed the administrative capacity of the 144 municipalities in Pará regarding Food and Nutrition Security (SAN), based on the MUNIC/IBGE (2023) database. Institutional variables, such as municipal councils, plans, and funds, were analyzed, classified using descriptive statistics to identify patterns in the local governance structure. The results indicate that only 9.02% have a Municipal Fund, 57.65% have a Municipal Plan (with a high rate of missing responses), and 66.67% have Municipal Councils. Despite this, agreements were made for the widespread adoption of structural actions, such as purchases from family farms (97.22%), school meals (93.75%), street markets (72.91%), and nutritional education (76.38%), while facilities such as food banks (7.63%), community kitchens (4.16%), and popular restaurants (3.47%) remained in use. The analysis showed a relationship between councils, plans, and greater adherence to SISAN, confirming that the institutional structure is crucial for the implementation of SAN. It is concluded that, although progress has been made, strengthening governance, with the expansion of financial and management instruments, is essential to consolidate SAN in Pará and reduce regional inequalities.

Keywords: Food and Nutrition Security; Human Right to Adequate Food; Public Policies; Governance.

1. INTRODUÇÃO

A Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) é um direito fundamental reconhecido pela Constituição Federal e regulamentado pela Lei nº 11.346/2006, que instituiu o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN). Essa política busca assegurar o acesso regular e permanente a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente, garantindo o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) (Brasil, 2006; Marano *et al.*, 2021).

No Brasil, os avanços institucionais em SAN se intensificaram entre 2003 e 2015, com políticas intersetoriais, instâncias de controle social e instrumentos de gestão que consolidaram a governança nos diferentes entes federativos, em especial nos municípios (Maluf, Zimmermann, Jomalinis, 2021; Pedraza, Santos, Oliveira, 2022). Contudo, a implementação enfrenta desafios, sobretudo na Região Norte, devido à fragmentação das políticas e à baixa capacidade administrativa local (Rocha, Burlandy, Magalhães, 2013; Martins *et al.*, 2023).

No Pará, maior estado em número de municípios da região (144), esses obstáculos se intensificam pelas grandes distâncias geográficas, desigualdades de infraestrutura e dificuldades de articulação intergovernamental (Santos *et al.*, 2024). Avaliar a estrutura administrativa voltada à SAN nesse contexto permite compreender as barreiras à efetivação do direito e orientar melhorias nas políticas públicas (Santos *et al.*, 2007).

Diante disso, esta pesquisa busca responder: Até que ponto os municípios do Pará possuem capacidade administrativa para implementar políticas de Segurança Alimentar e Nutricional, considerando sua adesão ao SISAN e os instrumentos de gestão disponíveis? O objetivo geral é analisar a capacidade administrativa dos municípios do Pará em Segurança Alimentar e Nutricional, considerando a estrutura institucional, a adesão ao SISAN e as características demográficas locais. Especificamente, pretende-se: (1) analisar a estrutura institucional voltada à SAN, considerando fundos, planos e conselhos municipais; (2) avaliar sua relação com a adesão ao SISAN; (3) examinar o perfil demográfico e suas implicações; e (4) mapear as ações e instrumentos mais adotados pelos municípios.

Para atingir esse objetivo, a presente pesquisa será dividida em 6 (seis) partes: (1) esta introdução, contendo breve conceituação da temática de pesquisa, justificativa, relevância e pergunta de pesquisa além dos objetivos geral e específicos; (2) Fundamentação Teórica que aborda autores necessários para enriquecer e basear as ideias apresentadas nesse estudo; (3) Método e Abordagem metodológica necessária para expor os procedimentos metodológicos necessários para a realização desta pesquisa; (4) Apresentação dos resultados que expõe os achados deste material; (5) as considerações finais, contendo as conclusões, limitações de pesquisa e sugestões para pesquisas futuras e (6) as referências bibliográficas que evidenciam todos os materiais teóricos utilizados para enriquecer este artigo.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Segurança Alimentar e Nutricional (SAN)

No Brasil, a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) é definida pela Lei nº 11.346/2006 como o direito de todos ao acesso regular a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente e de forma social, econômica e ambientalmente sustentável. Esse conceito, inicialmente restrito à garantia de acesso, foi ampliado ao longo das décadas, incorporando aspectos da nutrição, cultura alimentar e sustentabilidade dos sistemas alimentares (Costa, Bógus, 2011).

A criação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), em 2006, representou um marco institucional, com a formação de conselhos, planos e fundos específicos que ampliaram a participação social e a articulação federativa (Maluf, Zimmermann, Jomalinis, 2021). Nesse arranjo, os municípios assumiram papel central na execução da política, especialmente por meio da Atenção Básica e dos Conselhos Municipais (Esposte, Sousa, Barbosa, 2023).

Apesar dos avanços, permanecem disparidades regionais, sobretudo na Região Norte, onde há baixa adesão ao SISAN, escassez de recursos e fragilidade institucional (Martins *et al.*, 2023). A fragmentação das políticas e a limitada capacidade administrativa reduzem o alcance das ações e aprofundam desigualdades (Rocha, Burlandy, Magalhães, 2013). Nesse sentido, fundos, planos e conselhos municipais são considerados instrumentos essenciais para efetivar o Direito Humano à Alimentação Adequada (Corrêa, Clark, Carvalho, 2018; Morgado, Casemiro, Cruz, 2022).

2.2 A realidade paraense e seus desafios estruturais

O Pará, enfrenta desafios agravados pela dimensão territorial, baixa densidade populacional e fragilidade institucional (Costa, Brito, 2010; Paixão *et al.*, 2020). A distância entre localidades dificulta a regionalização das políticas públicas, inclusive as de alimentação e nutrição (Trivellato *et al.*, 2017).

Em 2011, foi instituído o Sistema Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (SISANS-PA), reforçando a articulação entre Estado, municípios e sociedade civil (Marano *et al.*, 2021). Nesse contexto, cabe aos municípios desenvolver ações intersetoriais para a implementação da SAN, avaliadas a partir de três eixos: estrutura institucional, processos de gestão e resultados (Santos, Santos, 2007). No entanto, a ausência de profissionais qualificados, vínculos precários e desarticulação intergovernamental dificultam a execução das políticas, sobretudo em municípios de pequeno porte (Pedraza, Santos, Oliveira, 2022).

2.3 Ações para a garantia da SAN

Entre as principais ações de promoção da SAN destacam-se os programas sociais. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) incentiva a agricultura familiar e o abastecimento alimentar, fortalecendo circuitos regionais e valorizando povos tradicionais (Brasil, 2023). Mercados e feiras livres cumprem papel semelhante, garantindo acesso a alimentos saudáveis a preços acessíveis (Guimarães, Doula, 2024).

Restaurantes populares e o Programa Cozinha Solidária (Lei 14.628/2023) ampliam a proteção a populações em situação de vulnerabilidade (Silva, Silveira, Almeida, 2022; Brasil, 2023). O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), por sua vez, assegura refeições adequadas aos estudantes, fortalece a agricultura familiar (30% das compras) e contribui para o combate à fome (Brasil, 2009).

Complementarmente, ações de educação alimentar e nutricional são fundamentais para estimular hábitos saudáveis, inclusive o aleitamento materno, conforme previsto na Lei nº 11.947/2009 (Silva, Silveira, Almeida, 2022; Brasil, 2009).

3 MÉTODO

3.1. Abordagem Metodológica

Esta pesquisa caracteriza-se como um estudo de natureza quantitativa, descritiva e exploratória, com base em dados secundários. O objetivo foi analisar a capacidade administrativa dos municípios do Pará em Segurança Alimentar e

Nutricional, considerando a estrutura institucional, a adesão ao SISAN e as características demográficas locais.

A fonte principal de dados foi a Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC) – 2023, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Para fins de organização e análise, o conjunto de informações foi tratado e apresentado sob o título “Norte Segurança”, que corresponde ao recorte específico da Região Norte utilizado nesta investigação.

O banco de dados abrange informações autodeclaradas pelos municípios, referentes à existência de conselhos, planos e fundos municipais de SAN, bem como à presença de técnicos responsáveis, equipamentos públicos relacionados à alimentação e outras variáveis administrativas associadas ao tema.

3.2. Delimitação do Universo e Justificativa da Abordagem Censitária

Embora o banco de dados utilizado nesta pesquisa, intitulado “Norte Segurança”, abranja informações de todos os municípios da Região Norte do Brasil, esta investigação trabalha com um recorte amostral, limitado aos 144 municípios do Estado do Pará, Unidade da Federação (UF) que constitui o foco deste estudo.

A opção por restringir a análise ao Pará justifica-se tanto por razões práticas quanto analíticas. Do ponto de vista técnico, o objetivo da pesquisa é compreender a estrutura administrativa local em Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) no contexto paraense, e não realizar inferência estatística para toda a Região Norte. Assim, os 144 municípios do Pará representam 100% da população da amostra delimitada, mas não a totalidade da base original.

Adotar esse recorte permite aprofundar a análise territorial e institucional no estado do Pará, caracterizado por grandes desigualdades socioeconômicas, extensas áreas rurais e desafios específicos de gestão pública. Essa delimitação possibilita uma avaliação mais precisa da implementação da política de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), ao observar como os municípios paraenses estruturam suas instâncias de governança e desenvolvem ações voltadas à efetivação do direito humano à alimentação adequada, conforme preveem as normativas nacionais.

Portanto, a pesquisa utiliza uma amostragem intencional, com base na seleção da UF Pará como unidade de análise. Essa decisão não compromete a validade interna do estudo, visto que se trabalha com a totalidade dos casos dentro do recorte escolhido ($n = 144$ municípios), o que garante abrangência dentro do universo delimitado.

3.3. Variáveis Observadas

As principais variáveis utilizadas para a análise foram:

- a) Existência de Fundo Municipal de Segurança Alimentar;
- b) Existência de Plano Municipal de Segurança Alimentar;
- c) Existência de Conselho Municipal de SAN;
- d) Faixa populacional dos municípios.
- e) Ações desenvolvidas

Os dados coletados foram sistematizados em planilhas eletrônicas e submetidos a análise estatística descritiva, utilizando-se frequências absolutas e relativas para quantificar as variáveis observadas. Os resultados foram apresentados por meio de tabelas e gráficos, com o intuito de facilitar a interpretação e visualização dos padrões identificados na estrutura institucional dos municípios.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1. Indicadores de Gestão da SAN no Pará: Fundo Municipal

Os autores Corrêa, Clark e Carvalho (2018) defendem que é necessário que os municípios possuam um Fundo Financeiro destinado à promoção da Segurança Alimentar e Nutricional, nesse sentido, a pesquisa investigou se essas localidades possuem essas reservas. Os resultados revelam que muitos municípios nortistas ainda não possuem instrumentos básicos de gestão, como conselhos ou planos locais, o que compromete a efetividade da política pública, vejamos a Tabela 1 que demonstra o percentual de municípios do Estado do Pará que possuem Fundo Municipal de SAN.

Tabela 1: Dados estatísticos sobre o Fundo Municipal de SAN

Possui Fundo Municipal?	Número de Município	Percentual (%)
Sim	13	9,02
Não	80	55,57
Não Responderam	51	35,41
Total	144	100,00

Fonte: Elaborado pelas autoras com base no banco de dados (2025)

A análise dos dados obtidos a partir do banco de dados Norte Segurança revelou fragilidades significativas no que se refere à estrutura institucional dos municípios paraenses no campo da Segurança Alimentar e Nutricional. A Tabela 1 apresenta a distribuição percentual dos municípios do Estado do Pará segundo a existência (ou não) do Fundo Municipal de SAN, instrumento previsto na Lei nº 11.346/2006 como essencial à viabilização financeira das ações públicas.

Observa-se que, dos 144 municípios analisados, apenas 13 (9,02%) declararam possuir um Fundo Municipal de SAN ativo, o que representa uma parcela extremamente reduzida do total. Por outro lado, 80 municípios (55,57%) afirmaram não possuir tal instrumento, e 51 municípios (35,41%) sequer informaram essa informação no banco de dados, evidenciando lacunas importantes na coleta, sistematização ou transparência dos dados administrativos.

Do ponto de vista estatístico, observa-se que apenas uma minoria dos municípios paraenses criou o Fundo Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), o que revela uma importante lacuna institucional. Embora a legislação não estipule um percentual mínimo para a adesão plena ao SISAN, suas diretrizes estabelecem como requisitos essenciais a criação de um Conselho Municipal de SAN, uma instância governamental intersetorial e a elaboração de um Plano Municipal de SAN.

A análise da amostra de 144 municípios do Pará evidencia que esses mecanismos ainda não foram implementados de forma ampla, indicando a necessidade de atuação estratégica dos governos estadual e federal para incentivar a criação e a efetiva operacionalização dos fundos municipais, fortalecendo a governança local da SAN.

4.2. Indicadores de Gestão da SAN no Pará: Plano Municipal de Segurança Alimentar.

Um dos principais instrumentos de planejamento previstos pela Lei nº 11.346/2006 para operacionalização da política de Segurança Alimentar e Nutricional é o Plano Municipal de SAN. Esse documento tem a função de estabelecer metas, estratégias e ações intersetoriais, integrando os programas da área com a realidade

socioeconômica e territorial de cada município. A Tabela 2 apresenta a distribuição percentual dos municípios paraenses quanto à existência (ou não) de Plano Municipal de Segurança Alimentar.

Tabela 2: Dados estatísticos sobre o Plano Municipal de Segurança Alimentar

Possui Fundo Municipal?	Número de Município	Percentual (%)
Sim	83	57,65
Não	10	6,94
Não Responderam	51	35,41
Total	144	100,00

Fonte: Elaborado pelas autoras com base no banco de dados (2025)

A análise da Tabela 2 demonstra que 57,65% dos municípios do Pará declararam possuir um Plano Municipal de Segurança Alimentar, o que representa um avanço relevante em relação à institucionalização do planejamento da SAN, isso evidencia também que a maior parte das localidades concordam com as afirmações de Morgado, Casemiro, Cruz (2022). Essa taxa é significativamente superior à observada para a criação de Fundos Municipais (9,02%), sugerindo que os municípios têm priorizado a elaboração de documentos estratégicos mesmo diante da limitação orçamentária.

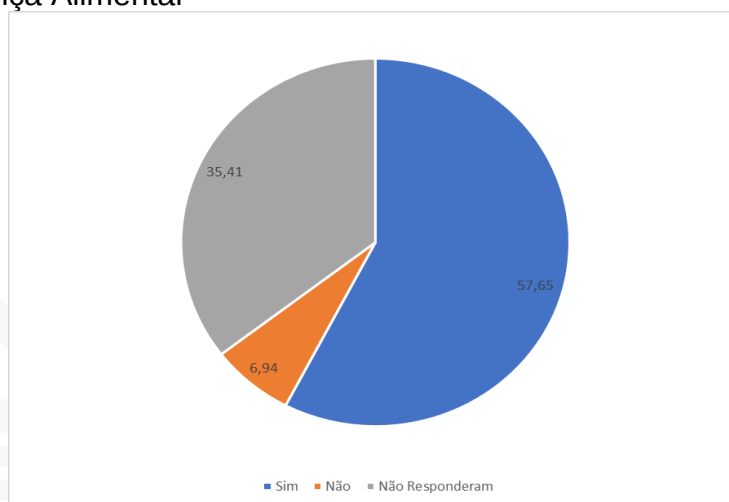
No entanto, a presença de 51 municípios (35,41%) que não responderam a esse item no banco de dados configura um índice elevado de omissão, o que dificulta a avaliação precisa da cobertura estadual e pode sinalizar problemas de comunicação institucional ou ausência de acompanhamento técnico sistematizado, como alertam Pedraza, Santos, Oliveira, (2022). Além disso, os 10 municípios (6,94%) que afirmaram não possuir o plano reforçam a existência de bolsões de desestruturação administrativa.

Embora o número de municípios com plano supere a metade da amostra, a ausência de resposta por mais de um terço dos municípios prejudica a confiabilidade do dado agregado.

Do ponto de vista estatístico, observa-se que a frequência de municípios que declararam possuir um Plano Municipal de Segurança Alimentar ($n = 83$) representa 57,65% do total da amostra, uma proporção superior à mediana da distribuição. Esse dado sugere um padrão relativamente positivo quando comparado à baixa incidência de municípios com Fundo Municipal de SAN (9,02%). No entanto, conforme ilustrado na Figura 1, destaca-se que mais de um terço dos municípios (35,41%) não informaram a existência ou não do plano, o que compromete a completude e a confiabilidade da base de dados utilizada.

Essa elevada taxa de omissão dificulta a avaliação plena da política pública no estado e aponta para um problema estrutural relacionado à fragilidade da coleta, sistematização e reporte de informações por parte dos municípios. Martins *et al.* (2023) destacam que esse cenário é recorrente na Região Norte, onde os sistemas de gestão e monitoramento ainda carecem de padronização e suporte técnico-operacional adequado. Assim, a leitura crítica do gráfico evidencia não apenas a presença formal do plano, mas também a necessidade de melhorar a governança da informação, elemento essencial à efetivação da política de SAN.

Figura 1 – Distribuição dos Municípios do Pará segundo a Existência de Plano Municipal de Segurança Alimentar



Fonte: Elaborado pelas autoras (2025)

4.3. Indicadores de Gestão da SAN no Pará: Existência de Conselho Municipal de SAN

Para Corrêa, Clark e Carvalho (2018), os Conselhos Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional são peças-chaves na efetivação do DHAA, por isso, investigou-se se, nas cidades paraenses, existe esse órgão, chegando-se nos resultados expostos na Tabela 3.:

Tabela 3: Dados estatísticos sobre o Conselho Municipal de Segurança Alimentar

Possui Conselho Municipal?	Número de Município	Percentual (%)
Sim	96	66,67
Não	48	33,33
Total	144	100,00

Fonte: Elaborado pelas autoras com base no banco de dados (2025)

A Tabela 3 apresenta a distribuição dos municípios paraenses quanto à existência de Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA). De acordo com os dados, 96 dos 144 municípios do Estado (66,67%) afirmaram possuir um conselho constituído, enquanto 48 municípios (33,33%) não possuem essa instância de gestão e controle social.

A análise revela que, apesar de a maioria dos municípios já contar com um CONSEA, ainda há uma proporção considerável de municípios, um terço do total, que ainda não instituíram esse mecanismo essencial para a implementação e monitoramento da Política de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN).

Do ponto de vista estatístico, observa-se que a presença dos Conselhos ainda não é universalizada, o que pode representar uma lacuna na articulação local das ações de SAN e na adesão plena ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN). A discrepância de 33,34 pontos percentuais entre municípios com e sem conselho evidencia um potencial de avanço institucional significativo, sobretudo em regiões que historicamente enfrentam insegurança alimentar.

Portanto, os dados demonstram que, embora haja avanço na institucionalização da SAN no Pará, o fortalecimento dos espaços de governança

local ainda constitui um desafio a ser enfrentado por grande parte dos municípios paraenses.

4.4. Indicadores de Gestão da SAN no Pará: Faixa populacional dos municípios.

A Tabela 4 apresenta a classificação dos municípios do estado do Pará conforme suas respectivas faixas populacionais. Essa organização permite identificar a predominância de municípios de pequeno porte demográfico, o que pode influenciar diretamente na estrutura administrativa e na capacidade de implementação das políticas públicas, como a de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN).

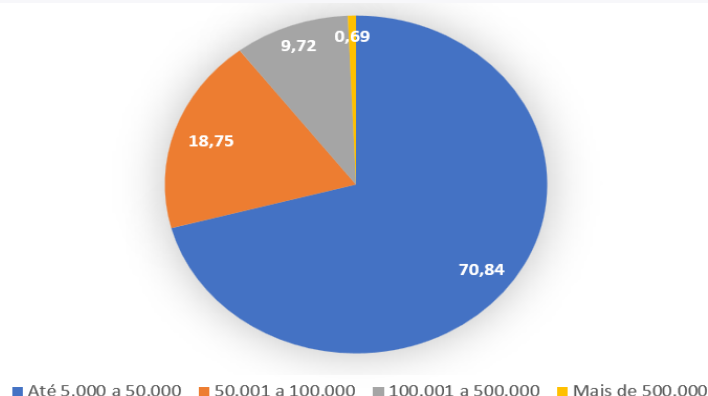
Tabela 4: Dados estatísticos sobre a Faixa populacional dos municípios do estado do Pará.

Faixa Populacional (Habitantes)	Quantidade de Municípios	Percentual (%)
Até 5.000	2	1,38
de 5.001 a 10.000	10	6,94
10.001 a 20.000	28	19,44
20.001 a 50.000	62	43,08
50.001 a 100.000	27	18,75
100.0001 a 500.000	14	9,72
Maior que 500.000	1	0,69
Total	144	100

Fonte: Elaborado pelas autoras com base no banco de dados (2025)

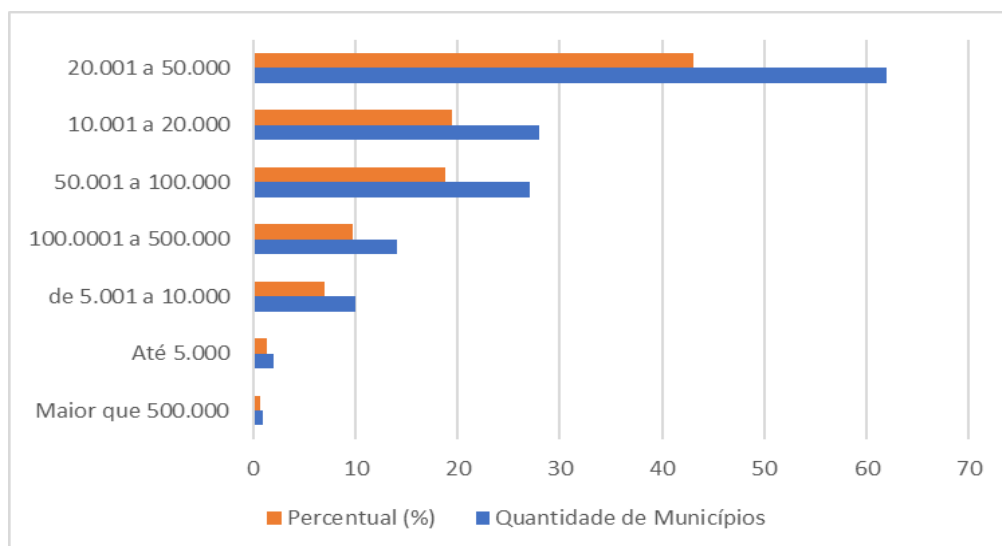
Observa-se que a maior parte dos municípios paraenses possui população inferior a 50 mil habitantes, totalizando 102 municípios, o que corresponde a 70,84% do total. A Figura 2 apresenta a distribuição por faixas populacionais, com destaque para esse grupo majoritário que será exposto na Figura 3.

Figura 2: Distribuição dos Municípios Paraenses por Faixa Populacional: Destaque para os com até 50 mil habitantes.



Fonte: Elaborado pelas autoras com base no banco de dados (2025)

Figura 3: Quantidade e Percentual de Municípios do Pará por Faixa Populacional



Fonte: Elaborado pelas autoras com base no banco de dados (2025)

De acordo com as informações da Tabela 4, observam-se aspectos relevantes quanto à distribuição da população nos municípios do estado do Pará. A Figura 2 evidencia que a maior parte dos municípios paraenses possui população inferior a 50 mil habitantes, totalizando 102 dos 144 municípios do estado, o que corresponde a expressivos 70,84% do total. Esse dado destaca a predominância de municípios de pequeno porte, o que pode ter implicações importantes na formulação de políticas públicas e na alocação de recursos.

A análise é aprofundada na Figura 3, que detalha a distribuição desses 102 municípios com até 50 mil habitantes em faixas populacionais menores. Nota-se que a maior concentração ocorre na faixa entre 20.001 e 50.000 habitantes, com 62 municípios (43,08% do total geral), seguida pela faixa entre 10.001 e 20.000 habitantes, com 28 municípios (19,44%). Já as faixas de população muito pequena (até 10.000 habitantes) representam uma parcela bem menor, somando apenas 12 municípios (8,32%).

Por fim, a Figura 4 consolida os dados da Tabela 4, apresentando visualmente tanto a quantidade quanto o percentual de municípios por faixa populacional. A partir dessa representação, observa-se claramente a concentração na faixa de 20.001 a 50.000 habitantes, enquanto os municípios com mais de 100 mil habitantes são minoria, somando apenas 15 (10,41%), sendo apenas um deles com população superior a 500 mil habitantes.

Essas distribuições estatísticas demonstram que o Pará é composto predominantemente por pequenos e médios municípios, o que reforça a necessidade de estratégias de planejamento regional que considerem as especificidades locais e a capilaridade das ações de desenvolvimento.

4.5. Indicadores de Gestão da SAN no Pará: Ações desenvolvidas

Para Silva, Silveira e Almeida (2022), os benefícios sociais são de grande importância para a SAN, nesse sentido, investigou-se quais ações os municípios paraenses estão realizando para garantir o DHAA, os dados coletados estão apresentados na Tabela 5.

Tabela 5: Dados estatísticos sobre Ações desenvolvidas nos Municípios

Ações Desenvolvidas	Municípios adeptos	Municípios não adeptos
Atividades de Educação Alimentar e Nutricional	110 (76,38%)	34 (23,62%)
Atividades de capacitação, fomento ou incentivo à produção orgânica e/ou agroecológica	84 (58,33%)	60 (41,67%)
Doação de alimentos	78 (54,16%)	66 (45,84%)
Manutenção de feiras livres/populares ou mercado público de alimentos	105 (72,91%)	39 (27,09%)
Manutenção de bancos de alimentos	11 (7,63%)	133 (92,37%)
Manutenção de cozinhas comunitárias	6 (4,16%)	138 (95,84%)
Manutenção de restaurantes populares	5 (3,47%)	139 (96,53%)
Manutenção de equipamentos de abastecimento de alimentos	13 (9,02%)	131 (90,97%)
Atividade de agricultura urbana	51 (35,42%)	93 (64,58%)
Programa de alimentação escolar	135 (93,75%)	9 (6,25%)
Programa de hortas escolares	77 (53,47%)	67 (46,53%)
Serviço de assistência técnica e extensão rural para agricultores familiares e povos e comunidades tradicionais	110 (76,38%)	34 (23,62%)
Compras públicas da agricultura familiar	140 (97,22%)	4 (2,78%)
Atividades relacionadas ao público do Cadastro Único e/ou Programa Bolsa Família	122 (84,72%)	22 (15,28%)
Programa cisternas, incluindo água para consumo e produção	24 (16,66%)	120 (83,34%)

Fonte: Elaborado pelas autoras com base no banco de dados (2025)

Os resultados obtidos demonstram que todas as ações propostas são desenvolvidas por algum município, com destaque positivamente para as Atividades

de Educação Alimentar e Nutricional, Manutenção de feiras livres/populares ou mercado público de alimentos, Programa de alimentação escolar, Serviço de assistência técnica e extensão rural para agricultores familiares e povos e comunidades tradicionais, Compras públicas da agricultura familiar e Atividades relacionadas ao público do Cadastro Único e/ou Programa Bolsa Família por seus números expressivos de adoção por parte dos municípios, enquanto Manutenção de cozinhas comunitárias, Manutenção de restaurantes populares e Manutenção de bancos de alimentos destacam-se negativamente por serem adotados por um número baixo de cidades.

Para Silva, Silveira e Almeida (2018) o Programa de alimentação escolar é de grande importância para garantir a SAN. Os resultados mostram que esse programa é o mais adotado pelas localidades, sendo efetivado em 93,75% (135) dos locais pesquisados, o que indica que os municípios paraenses estão em consonância com a Lei nº 11.947/2009. Além do mais, destaca-se também o número de municípios que realizam a manutenção de feiras livres/populares, com um total de 105 (72,91%) de aderentes, evidenciando que as afirmações de Guimarães e Doula (2024) estão de acordo com a real importância desses locais.

Vale destacar também o número de cidades que promovem Atividades de Educação Alimentar e Nutricional, totalizando 110 (76,38%) de pesquisados. Isso evidencia que as sugestões de Silva, Silveira e Almeida (2022) são adotadas por boa parte dos gestores municipais. Além disso, atividades como Serviço de assistência técnica e extensão rural para agricultores familiares e povos e comunidades tradicionais e Atividades relacionadas ao público do Cadastro Único e/ou Programa Bolsa Família sobressaem-se por também serem realizados pela maior parte dos participantes, com números de 110 (76,38%) e 122 (84,72%) respectivamente. Mas a atividade que predomina em número de adesão é Compra pública da agricultura familiar executada em 140 (97,22%) municípios, isso evidencia que essa prática promove muitos benefícios, como os listados por Silva, Silveira, Almeida (2022) e Brasil (2023).

Entretanto, algumas atividades distinguem-se por serem pouco implementadas, como Manutenção de bancos de alimentos, presente em 11 municípios (7,63%), Manutenção de cozinhas comunitárias, acatadas por 6 municípios (4,16%) e Manutenção de restaurantes populares, realizadas por 5 localidades (3,47%) isso chega a ser surpreendente, pois Silva, Silveira e Almeida (2022) mostram que os Restaurantes Populares são ferramentas eficazes para assegurar a SAN, porém, esses locais são pouco aderidos, evidenciando que os gestores municipais priorizam outras ações em detrimento dessas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo analisou fatores institucionais que influenciam a governança da política de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) nos municípios paraenses, a partir dos dados da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC/IBGE, 2023).

O objetivo específico 1, de examinar a estrutura institucional, foi atingido ao evidenciar fragilidades como a baixa implantação de Fundos Municipais e a ausência de Planos de SAN, embora mais da metade dos municípios possuam Conselhos, confirmando sua relevância conforme Corrêa, Clark e Carvalho (2018). O objetivo 2, de avaliar a relação entre estrutura institucional e adesão ao SISAN, também foi alcançado: municípios com conselhos e planos apresentaram maior

adesão formal, em consonância com Morgado, Casemiro e Cruz (2022), que ressaltam a importância do planejamento institucional.

No objetivo 3, verificou-se que mais de 70% dos municípios têm até 50 mil habitantes, o que impõe limitações administrativas e financeiras. Pedraza, Santos e Oliveira (2022) destacam que municípios pequenos, com vínculos precários e pouca capacidade técnica, enfrentam maiores entraves. Já o objetivo 4 mostrou ampla adoção de ações como alimentação escolar, compras da agricultura familiar e feiras livres, mas baixa utilização de equipamentos como bancos de alimentos, cozinhas comunitárias e restaurantes populares, o que confirma os apontamentos de Silva, Silveira e Almeida (2022) sobre a importância e as dificuldades desses instrumentos.

A análise estatística, baseada em variáveis institucionais (fundos, planos, conselhos, faixa populacional e ações), demonstrou correlação entre maior estrutura institucional e adesão ao SISAN, reforçando os achados de Esposte, Sousa e Barbosa (2023) sobre desigualdade na implementação nacional. De modo geral, os resultados confirmam a fragilidade institucional já destacada por Rocha, Burlandy e Magalhães (2013) e Martins *et al.* (2023), sobretudo na Região Norte.

Conforme Marano *et al.* (2021), os municípios são centrais para a implementação da SAN, devendo atuar de forma intersetorial. A pesquisa corrobora essa visão ao mostrar que aqueles com estruturas mínimas tendem a apresentar melhores indicadores. Nesse sentido, conselhos, planos e fundos não são apenas recomendações, mas requisitos previstos na Lei nº 11.346/2006 para a efetivação do Direito Humano à Alimentação Adequada.

Entre as limitações do estudo estão o uso de dados secundários, sujeitos à consistência das informações fornecidas pelos municípios, e a impossibilidade de medir a efetividade das ações. Para futuras pesquisas, recomenda-se estudos de caso qualitativos e a replicação da análise em outros estados, visando identificar padrões regionais de governança e fortalecer a formulação de políticas públicas mais eficazes.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Regulamenta o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN, com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 18 set. 2006. Acesso em: 13 jul. 2025.

BRASIL. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 16 jun. 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm. Acesso em: 16 jul. 2025.

BRASIL. Lei nº 14.628, de 20 de julho de 2023. Institui o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Cozinha Solidária e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 20 jul. 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Lei/L14628.htm. Acesso em: 17 jul. 2025.

CORRÊA, Leonardo Alves; CLARK, Giovani; CARVALHO, Pedro Rezende. Direito institucional econômico e arranjos institucionais: um diagnóstico sobre os conselhos

e fundo municipal de segurança alimentar e nutricional em Minas Gerais. **Rei-Revista Estudos Institucionais**, v. 4, n. 2, p. 725-747, 2018. Disponível em: <https://www.estudosinstitucionais.com/REI/article/view/245>. Acesso em: 14 jul. 2025

COSTA, Christiane, A; BÓGUS, Cláudia, M; Significados e apropriações da noção de segurança alimentar e nutricional pelo segmento da sociedade civil do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 21, n. 1, p. 103-114, mar. 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902012000100011>. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/270492101_Significados_e_apropriacoes_da_nocao_de_seguranca_alimentar_e_nutricional_pelo_segmento_da_sociedade_civil_do_Conselho_Nacional_de_Seguranca_Alimentar_e_Nutricional. Acesso em: 14 jul. 2025.

COSTA, Eduardo, J, M, da; BRITO, Liane, do S, B. O Planejamento Territorial Participativo: A Experiência Do Estado Do Pará, Brasil. **Revista Electrónica De Geografía Y Ciencias Sociales**, 2010.

DOS SANTOS SILVA, Dulcimara Alves; PANELLI-MARTINS, Barbara Eduarda. O processo de adesão municipal ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. **Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 27, p. e020006-e020006, 2020. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8655377>. Acesso em: 15 jul. 2025.

ESPOSTE, Joice de Paula Del; SOUSA, Luísa Pedrada de; BARBOSA, Roberta Ribeiro Batista. A Política de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil entre 2015 e 2019: uma revisão integrativa. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v. 146, n. 2, p. e6628322, nov. 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/SWht9xcsKCYFqsK6zQQgMqx/>. Acesso em: 17 jul. 2025.

GUIMARÃES, Thaynara Thaissa Dias; DOULA, Sheila Maria. A importância dos mercados municipais para as políticas públicas de segurança alimentar: uma avaliação a partir da produção acadêmica no Brasil. **Acta Geográfica**, v. 17, n. 46, p. 59-77, 2023. Disponível em: <https://revista.ufrr.br/actageo/article/view/4649>. Acesso em: 14 jul. 2025.

MALUF, Renato S; ZIMMERMANN, Sílvia A; JOMALINIS Emília. Emergência e evolução da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil (2003-2015). **Estudos Sociedade e Agricultura**, 2021.

MARANO, Daniele; MORGADO, Caroline Maria da Costa; FRANCO, Amanda da Silva; JOIA, Izabel Cristina Oliveira da Silva. Relato de Experiência: percurso e desafios para adesão municipal ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. **DEMETRA: Alimentação, Nutrição & Saúde**, Rio de Janeiro, v. 16, p. e50901, 2021. DOI: 10.12957/demetra.2021.50901. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/demetra/article/view/50901>. Acesso em: 14 jul. 2025.

MARTINS, Milena C; GABRIEL, Cristine G; MACHADO, Mick L; MACHADO, Patrícia

M. de O; SOAR, Cláudia; LONGO, Giana Z. Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: quais são as semelhanças no processo de descentralização? **Cadernos de Saúde Pública**, 2023.

MORAES, Verena, D; MACHADO, Cristiane, V; MAGALHÃES, Rosana. Governança e coordenação intersetorial de políticas públicas: a Câmara Intersectorial de Segurança Alimentar e Nutricional. **Saúde em Debate**. 2021.

DA COSTA MORGADO, Caroline Maria; CASEMIRO, Juliana Pereira; DA CRUZ, Larissa Maia. Estratégias, oportunidades e desafios do processo de construção de um Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional. **Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 29, p. e022002-e022002, 2022. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8666690>. Acesso em: 15 jul. 2025.

PAIXÃO, Adriano P; OLIVEIRA, Nilton M; MENDONÇA, Marcus, V; LUZ, Rodolfo, A. Desenvolvimento Rural dos Municípios do Estado do Pará: desigualdade e espacialidade. **Redes. Revista do Desenvolvimento Regional**, Universidade de Santa Cruz do Sul, 2020.

PARÁ. Lei Ordinária nº 7.580, de 20 de dezembro de 2011. Institui o Sistema Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável do Estado do Pará (SISANS-PA). Disponível em: <https://sistemas.pa.gov.br/sisleis/legislacao/953>. Acesso em: 13 jul. 2025.

PEDRAZA, Dixis F; SANTOS, Eduarda E. S dos; OLIVEIRA, Maria M. de. Perfil e atuação de gestores das ações de alimentação e nutrição no estado da Paraíba, Brasil. **Revista Gerencia y Políticas de Salud**, vol. 21, pp. 1-17, 2022.

RIGON, S. A., SCHMIDT, S. T., & BÓGUS, C. M.. Desafios da nutrição no Sistema Único de Saúde para construção da interface entre a saúde e a segurança alimentar e nutricional. **Cadernos de Saúde Pública**, 2016.

RIBEIRO-SILVA, Rita de Cássia et al. Implicações da pandemia COVID-19 para a segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, p. 3421-3430, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/mFBrPHcbPdQCPdsJYN4ncLy>. Acesso em: 7 jul. 2025.

ROCHA C; BURLANDY L; MAGALHÃES R. Segurança Alimentar e Nutricional: Perspectiva, Aprendizados e Desafios para as Políticas Públicas. **Editora: Fiocruz**, 2013.

SILVA, R. K. dos S. .; SILVEIRA, I. M. .; ALMEIDA, S. G. de. Food and nutritional security in times of COVID-19: a literature review. *Research, Society and Development*, [S. l.], v. 11, n. 3, p. e59911326895, 2022. DOI: 10.33448/rsd-v11i3.26895. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/26895>. Acesso em: 17 jul. 2025.

SANTOS, Adriano, M. dos; GIOVANELLA, Lígia; FAUSTO, Márcia, C. R; CABRAL, Lucas, M. da S; ALMEIDA, Patty, F. Dinâmica da regionalização e repercussões dos

vazios assistenciais na comercialização da saúde em municípios rurais remotos. **Cadernos de Saúde Pública**, 2024.

SANTOS, Leonor, M, P; ARAÚJO, Maria, da P. N; MARTINS, Maísa, C; ASSUNÇÃO, Marilena, P; SANTOS, Sandra, M, C, dos. Avaliação de políticas públicas de segurança alimentar e combate à fome no período 1995-2002. 2 – Programa de Alimentação do Trabalhador. **Cadernos de Saúde Pública**, 2007.

SANTOS, Sandra M. C. dos; SANTOS, Leonor M. P. Avaliação de políticas públicas de segurança alimentar e combate à fome no período de 1995–2002: 1 – Abordagem metodológica. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 5, p. 1029-1040, maio 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/BgHGVRz5DJwCGMzdw7Hq4NM/> . Acesso em: 13 jul. 2025.

VASCONCELLOS, Ana Beatriz Pinto de Almeida; MOURA, Leides Barroso Azevedo de. Segurança alimentar e nutricional: uma análise da situação da descentralização de sua política pública nacional. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 34, p. e00206816, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/zBLgfiqmvXSJKJhcLz8Gf4c/?lang=pt>. Acesso em: 14 jul. 2025.

36º ENANGRAD